

Gestão da extensão universitária nos cursos superiores de tecnologia em IES privada

Luciane Duarte da Silva

Administradora. Mestre em Administração de Empresas. Especialista em Docência no Ensino Superior e Extensão Universitária. Docente na Universidade Metodista de São Paulo.

Eleonora Schettini Martins Cunha

Doutora em Ciência Política. Mestre em Ciência Política. Bacharel em Serviço Social. Pós-Graduada em Políticas Sociais e Movimentos Sociais e Política Social e Serviço Social. Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Resumo

Pesquisar de forma sistêmica a gestão da extensão universitária nas Instituições de Ensino Superior (IES) Privadas é importante para a compreensão da estrutura e da operacionalização da extensão nestas IES. A partir das diretrizes propostas na Política Nacional de Extensão no ano de dois mil e doze, o presente estudo tem como objetivo analisar por meio de um estudo de caso, as relações entre as diretrizes propostas pela citada política e a gestão da extensão. O caso é analisado a partir de uma IES privada, comunitária, que atua por meio de cursos superiores de tecnologia e de pós-graduação nas áreas de gestão e serviços. A trajetória metodológica é de caráter qualitativo, exploratório e descritivo. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e análise documental. Os resultados indicam que, na opinião dos entrevistados, a maioria das diretrizes está presente na gestão da faculdade, o que aponta para uma avaliação positiva quando comparada às diretrizes propostas na Política Nacional de Extensão Universitária.

Palavras-chave: extensão universitária; gestão; cursos superiores de tecnologia.

1 Introdução

A gestão da extensão universitária inclui, além da formulação, execução e avaliação da política de extensão em si, aspectos de estrutura física, financeira, de processos, de relações humanas, entre outros. Neste sentido, pensar a gestão da extensão significa, também, pensar os processos de administração dessa área de ação da Universidade.

A intencionalidade do presente estudo é a de realizar um estudo exploratório e, portanto, qualitativo, a partir de uma visão sistêmica da extensão universitária em cursos universitários.

Como objetivo geral, a presente pesquisa visa analisar a gestão da extensão universitária na perspectiva dos coordenadores de cursos de tecnologia no contexto das Instituições de Ensino Superior privadas sem fins lucrativos (comunitárias), de modo a verificar se ela se aproxima das diretrizes nacionais.

A Política Nacional de Extensão proposta pelas universidades públicas brasileiras, por meio do seu Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão de Universidades Públicas (FORPROEX), ao Ministério da Educação, propõe cinco diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de Extensão Universitária: (a) Interação Dialógica; (b) Interdisciplinariedade e Interprofissionalidade; (c) Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; (d) Impacto na Formação do Estudante e (e) Impacto e Transformação Social.

Apesar de esta Política ter sido formulada e estar voltada essencialmente a pautar as normativas das universidades públicas, a proposta das cinco diretrizes pensa uma extensão não somente do universo público, mas sim da universidade brasileira. Para se pensar a extensão universitária a partir destes pilares é imprescindível que a gestão da universidade, em todos os níveis hierárquicos, oriente os processos a partir desta nova proposta. Outros aspectos como a estrutura, a operacionalização da extensão e o financiamento, são diferentes nas universidades privadas e, portanto, não estão sendo considerados neste estudo.

Para cumprir com o objetivo proposto, o caminho metodológico percorrido é constituído por um estudo de caso em uma universidade privada, comunitária e sem fins lucrativos, localizada no estado de São Paulo, na cidade de São Bernardo do Campo, região metropolitana da capital. Na universidade escolhida, entre as diversas faculdades que a constitui, optou-se pela Faculdade de Gestão e Serviços. A escolha justifica-se por ser esta faculdade constituída exclusivamente por cursos superiores de tecnologia e pós-graduação *lato sensu* na área de gestão e serviços. Os cursos superiores de tecnologia possuem duração de dois anos e a titulação é denominada tecnólogo, ao lado dos cursos de bacharelado e licenciaturas. Pensar a extensão universitária em cursos de dois anos é uma das propostas transversais do presente estudo.

Para obter as informações necessárias à consecução do objetivo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os coordenadores de quatro dos seis cursos de graduação atualmente oferecidos na faculdade e com o diretor da faculdade. Também se procedeu a análise documental dos projetos pedagógicos dos cursos analisados e publicações sobre a extensão universitária em portais e anais do Congresso Brasileiro de Extensão Universitária e

Congresso Ibero Americano de Extensão Universitária e documentos do Ministério da Educação sobre os cursos superiores de tecnologia.

Estudos recentes Silva (2012) indicam que na visão dos gestores das IES (Instituições de Ensino Superior), a extensão universitária nas IES privadas é viabilizada inicialmente, a partir de incentivos das coordenações de curso, são as principais responsáveis pela organização dos cursos tanto do ponto de vista pedagógico, quanto administrativo. Tendo isso como prerrogativa, torna-se fundamental conhecer o discurso destes coordenadores, sobre como fazem a gestão da extensão nos cursos que coordenam do ponto de vista pedagógico e estratégico. Quais são as ações, os desafios e as expectativas que possuem em relação à extensão, dado o contexto em que estão inseridos.

Os resultados do presente estudo apresentam quais ações de extensão são praticadas nos cursos, quem participa das ações extensionistas, quais as fontes dos recursos financeiros, quais aspectos são importantes na gestão da extensão e quais são as expectativas dos coordenadores de curso em relação à extensão. As informações coletadas foram descritas de acordo com as diretrizes justamente para possibilitar a análise comparativa das respostas dos entrevistados com as referidas diretrizes.

Este artigo divide-se em quatro partes. Inicialmente, uma revisão da literatura é apresentada, descrevendo as bases teóricas de conceitos, legislação e história da extensão. Numa segunda seção, são apresentados os aspectos e as particularidades dos cursos de tecnologia. Em seguida são apresentados os resultados e a análise da pesquisa. Por fim, as considerações acerca desses resultados, com indicações de propostas para futuros estudos.

2 Extensão universitária: conceito, histórico e características

A Extensão Universitária é reconhecida como a função da universidade que amplia a democratização do conhecimento, no momento em que extrapola os muros das IES. No relacionamento com a sociedade, oxigena as demandas de pesquisa, ao mesmo tempo em que contribui para a formação crítica e cidadã dos estudantes. Conhecer a gestão da extensão torna-se fundamental para se pensar uma universidade comprometida e atuante nas transformações sociais. Conforme afirma Serrano (2011), “a definição de um modelo de universidade está intimamente ligado ao seu modelo de sociedade” (SERRANO, 2011, p. 27).

De acordo com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU), que é a unidade do Ministério da Educação (MEC) responsável por planejar,

orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior, a extensão é compreendida como o processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade. Assim sendo, nos processos avaliativos das Instituições de Ensino Superior (IES), um dos aspectos considerados é justamente a integração social, ou seja, o grau de inserção da instituição por meio dos programas de extensão e outras ações extensionistas. Este aspecto consta no Decreto n. 2.026, de 10 de outubro de 1996 (BRASIL, 1996).

A partir da década de 1990, meio a um processo histórico de retomada de consciência e força política, a universidade recoloca a discussão e a organização da extensão. Foram criados os fóruns de extensão das universidades públicas, comunitárias e particulares que avançam na discussão sobre o tema.

As universidades públicas e comunitárias possuem registros de uma longa caminhada na produção científica de reflexões e propostas de diretrizes sobre a extensão, dentre eles títulos como: Política Nacional de Extensão Universitária; Plano Nacional de Extensão Universitária; Avaliação Nacional da Extensão; A Indissociabilidade Ensino-Extensão-Pesquisa; Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras; Organização e Sistematização. Somam-se a estes documentos as manifestações públicas descritas nas cartas dos fóruns das comunitárias e das particulares.

No I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão de Universidades Públicas (FORPROEX), em Brasília, ocorrido em 1987, às universidades públicas, em uma tentativa de institucionalizar a extensão nessas universidades, registram sua

Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 1987, p. 2).

Em maio de 2012, o FORPROEX publicou uma Política de Extensão Universitária para as universidades públicas e reformulou o conceito de extensão para:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 15).

Observa-se que a questão da via de mão dupla foi reformulada, agora em um processo de encontro de saberes para além das direções de ir e vir que não necessariamente indicam um encontro.

O Fórum Nacional de Extensão das Universidades Particulares (FOREXP) por meio de publicação no site da FUNADESP (Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular) apresenta a sua concepção de extensão:

Entendemos que a extensão é atividade fundamental à formação cidadã e que reforça a dimensão pública da educação superior, independente da organização acadêmica da IES. Por ser uma atividade acadêmica, além do ensino e da pesquisa, possibilita a interação da universidade como um todo com os outros setores da sociedade. Dessa forma, socializa e democratiza os conhecimentos produzidos e também possibilita a formação dos recursos humanos que o país precisa para o seu desenvolvimento (FOREXP, 2013)

Dentro os objetivos do FOREXP está o de “Promover a participação das Instituições associadas nos processos de formulação e implementação das políticas de Extensão, em âmbito nacional”. (FOREXP, 2013).

No contexto das universidades e instituições de ensino comunitárias, que possuem larga tradição em ações de interlocução com a sociedade, o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Comunitárias (FOREXT) considera a extensão como:

a) [...] processo acadêmico e social, é uma das atividades-fim da IES; b) sua institucionalidade pressupõe seu entrelaçamento com as dimensões teórica, política, ética e social do processo educativo; c) sua práxis é capaz de desencadear processos pedagógicos criativos, que possibilitam a articulação teoria e prática e o estímulo à postura interdisciplinar assim como a elaboração de novas metodologias no processo de construção do conhecimento, possibilitando suporte à apreensão crítica do real e realimentação das políticas curriculares (FOREXT, 2006).

Outro movimento importante, que deve ser objeto de atenção quanto à extensão universitária é a meta de assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação, sejam cumpridos em programas e projetos de extensão universitária. A proposta consta no projeto de lei que cria o Plano Nacional de Educação (PNE) com vigência 2011 a 2020 enviado pelo governo federal ao congresso em 15/12/2010.

O conceito de extensão presente no glossário do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância, publicado em maio de 2012 é: “A extensão acadêmica é ação de uma instituição junto à comunidade, disponibilizando ao público externo o conhecimento adquirido com o ensino e a pesquisa desenvolvidos” (BRASIL, 2012, p. 30).

Atualmente discute-se uma extensão universitária que permita a interação dialógica com a sociedade, uma atuação interdisciplinar e interprofissional, uma prática extensionista indissociável ao ensino e à pesquisa, que cause impacto na formação do estudante e proporcione efetivas transformações sociais.

A interação dialógica permite uma comunicação para além da entrega de um conhecimento pronto e acabado. Ela propõe o diálogo em uma intenção de troca e respeito. A atuação interdisciplinar e interprofissional pensa uma extensão coerente com a realidade. A universidade por vezes projetou na sociedade a sua forma de atuação, no entanto, a prática mostrou que é impossível fazer uma extensão de qualidade se restringindo apenas a uma área do conhecimento.

Ao voltar para a universidade, a extensão denuncia o quanto era ou ainda é precária a construção de uma visão sistêmica especialmente nas disciplinas mais tecnicistas. Este fato nos provoca a repensar a qualidade do profissional que se forma. Qualidade esta que é a fundamental contribuição social da universidade.

A extensão agrega valor ao ensino no momento em que extrapola os limites da sala de aula e problematiza uma realidade concreta. O estudante materializa e enxerga sentido nos conteúdos discutidos com o professor e por meio deste olhar da prática, caminha tranquilamente para a pesquisa como uma forma de produzir um conhecimento útil. Submetida a uma visão crítica, a extensão não pode mais ser praticada independente do ensino e da pesquisa. O ensino e a pesquisa carecem da prática da extensão para proporcionar uma formação completa e de qualidade ao estudante.

A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão está presente no discurso oficial desde a lei n. 5.540/68. Reafirmada na Constituição Federal Brasileira de

1988, sua operacionalização ainda é um desafio para as IES e não é consenso entre os autores que exista de fato esta relação na prática do docente.

A discussão sobre a indissociabilidade surge desde a perspectiva da prática docente, ou seja, desde a relação que o professor estabelece entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Sobre isto, na visão de Demo (2001), é fundamental que o docente seja um profissional pesquisador, ou seja, que saiba utilizar a pesquisa como expediente permanente de aprendizagem e atualização e não necessariamente seja um pesquisador profissional (DEMO, 2001).

Na mesma linha, Botomé (1996) ressalta que a importância da relação entre o ensino e pesquisa está no professor, quando este ensina e faz pesquisa. Por outro lado, Cunha (1989) afirma:

Existem casos de excelentes professores que não possuem ou perderam a vocação para a pesquisa, como também excelentes professores – pesquisadores que não tem vocação para o magistério. Nem por isso, a universidade deveria dispensá-los, em nome de uma idealizada indissociação entre ensino e pesquisa no plano individual. Nem obrigá-los “pró-forma” a fazerem aquilo que não sabem ou não querem fazer (CUNHA, 1989, p. 136).

Demo (2001) critica a estrutura universitária, que assume o docente em muitos casos apenas como horista, restringindo sua atuação somente à sala de aula. O autor alerta quanto à valorização das condições adequadas para a prática docente. Por outro lado, ele adverte o comportamento passivo do estudante na absorção apenas do que lhes é entregue, sem a necessária problematização. O processo avaliativo denuncia um conhecimento reproduzido sem a devida visão crítica. Em suas palavras: “a universidade não se dedica como regra à reconstrução do conhecimento” (DEMO, 2001, p. 145) e completa:

acredito que muitas atividades de extensão são imbecilizantes, quando reduzem “o social” ao assistencialista, oferecem visão compensatória, extrínseca e eventual de cidadania; reduplicam esforços fora dos departamentos, evitando que atividades próprias sejam realizadas no lugar próprio; trazem para a universidade atividades que seriam de órgãos sociais públicos, sem a devida contextualização educativa e científica; estigmatizam a Extensão como proposta residual ou meramente voluntária; fazem da Extensão a porta de entrada da privatização de esferas públicas; e assim por diante (DEMO, 2001, p. 155).

Em sua opinião tanto o ensino quanto a pesquisa deveriam ter a preocupação com a prática e o social. Se dessem conta, a Extensão seria desnecessária neste sentido de indissociabilidade.

Para Sousa (2001):

Quando a Universidade for capaz de se libertar das amarras que lhe foram criadas e, pela crítica, conseguir ver além dela mesma, as questões da Extensão deixarão de existir, pois não será mais necessária. A Extensão tem um caráter de provisoriedade, ela não é perene e nem mesmo inerente à Universidade. [...] A relevância social da universidade será sentida não só pela presença matéria, mas também pela repercussão do cumprimento de suas funções de forma socializadora (SOUSA, 2001, p. 124).

Botomé (1996) alerta para os cuidados que se deve ter ao descolar a extensão do ensino e da pesquisa na ânsia de atuar nos problemas sociais da sociedade, e afirma que o risco de desviar a função acadêmica ao assumir funções do estado é maior.

Moita e Andrade (2009) relatam uma experiência bem sucedida de articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão a partir do estágio em docência nos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Eles indicam este espaço como propício para o exercício da indissociabilidade, tendo em vista a necessidade da pesquisa, do ensino e da prática da extensão, incluindo a interação com a graduação no processo de formação do docente.

Tavares (2001) diz que

O estágio curricular é alçado como um dos instrumentos que viabilizam a Extensão como momento da prática profissional, da consciência social e do compromisso político, devendo estar integrado aos projetos decorrentes dos departamentos e à temática curricular e ser computado para a integralização curricular de docentes (TAVARES, 2001, p. 78).

Este aspecto torna-se ainda mais relevante ao se considerar as políticas de indução propostas no Plano Nacional de Pós-Graduação (2011 – 2020), que versam sobre a integração dos programas de mestrado e doutorado com a educação básica, estímulos à redução de assimetrias regionais, indução de áreas do conhecimento como ciências do mar, comércio exterior, saúde, botânica, inovação em áreas estratégicas como defesa nacional, nanotecnologia, TV digital e engenharias (CAPES, 2010).

A extensão se torna sem dúvida o principal veículo de integração entre uma universidade comprometida com as demandas atuais e futuras nos diversos campos em que atua.

Conforme afirma Demo (2001) uma alternativa para superar o ensino alienado e a pesquisa alienante é a reformulação da conduta do professor. É a mudança do processo de ensino-aprendizagem. No entanto, um professor que só sabe dar aulas, quando chega à comunidade tende a dar aulas, existe a necessidade de ir além do ensino, trazer a pesquisa para a sala de aula, ambos com proposições sociais e práticas.

Vê-se o ensino, somente como o momento de relação entre professor e aluno na sala de aula, onde o primeiro na maioria das vezes em sua condição de autoridade transmite e submete o aluno a sua visão, avalia em função da fidelidade dos conteúdos transmitidos, através de critérios que estimulam muito mais a concorrência do que a solidariedade grupal. A pesquisa por seu lado, é apresentada como forma de uma transmissão criativa do saber, sendo a grosso modo, muito mais uma resultante de esforço individuais que de uma ação institucional (ROCHA, 1986 p. 175).

Os autores estudados contribuem com a reflexão sobre a extensão ou a não-extensão. Defende-se, neste estudo, uma extensão de qualidade que só pode ocorrer se estiver articulada com o ensino e com a pesquisa.

Soma-se a estas reflexões fator relevante: a crescente representatividade das IES privadas no ensino superior brasileiro. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) os dados do ano de 2010 indicam que 74,2% das matrículas no ensino superior foram realizadas em IES privadas contra 25,8% ocorridas nas IES públicas. (BRASIL 2010).

desde o início da década de 1990, assiste-se ao impressionante crescimento quantitativo de universidades particulares com fins lucrativos, geridas como empresas que oferecem produtos e serviços de acordo com a demanda do mercado. São essas universidades que possibilitaram a democratização do acesso ao ensino superior, ampliando significativamente a oferta de produtos educacionais. As opções de consumo para os futuros estudantes foram ampliadas e diversificadas, como também o número de produtos e serviços educacionais e a procura de nichos e necessidades especiais. (CALDERÓN, 2000, p. 104).

Esses dados apontam para a relevância de se compreender a prática extensionista no interior dessas Universidades.

3 Cursos superiores de tecnologia

A descrição de um Curso Superior de Tecnologia (CST), presente no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, publicado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, em 2010, considera-o

um curso de graduação, que abrange métodos e teorias orientadas a investigações, avaliações e aperfeiçoamentos tecnológicos com foco nas aplicações dos conhecimentos a processos, produtos e serviços. Desenvolve competências profissionais, fundamentadas na ciência, na tecnologia, na cultura e na ética, tendo em vista ao desempenho profissional responsável, consciente, criativo e crítico. É aberto, como todo curso superior, a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo. Os graduados nos cursos superiores de tecnologia denominam-se tecnólogos e são profissionais de nível superior com formação para a produção e a inovação científico-tecnológica e para a gestão de processos de produção de bens e serviços e estão aptos à continuidade de estudos em nível de pós-graduação (BRASIL, 2010, p. 64).

Os diálogos acerca do surgimento dos cursos superiores de tecnologia datam da década de 1960, quando se percebe uma necessidade de preencher um nicho de mercado que necessitava de profissionais com um nível de especialização superior ao técnico, porém em menor tempo de formação que os bacharéis e licenciados, estes na época ainda escassos pela demanda que se apresentava crescente. Com isto, consolidou-se a ideia da necessidade de formação profissional com nível de educação superior, porém em menor tempo, visando essencialmente cargos de supervisão e gerência. Paralelo a esta demanda, os debates em torno de uma reforma universitária reivindicavam uma aproximação da universidade brasileira às demandas da sociedade.

Com a reforma universitária aprovada pelo Congresso Federal, lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, é ratificada a possibilidade de criação de cursos profissionais com duração e modalidades diferentes, para atender a realidades diversas do mercado de trabalho, detalhadas nos artigos 18 e 23 da referida lei.

Mais recentemente, desde a elaboração da Constituição Federal de 1988 o Congresso Nacional amplia os diálogos quanto vários projetos de lei sobre as diretrizes e bases da educação nacional. É sancionada, em 20 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.394, atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que amplia e consolida as possibilidades de formação profissional e tecnológica. Também é formulada a Resolução do Conselho Nacional de Educação Nº. 3, de 18 de dezembro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a

organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Nela estão presentes as principais diretrizes para o funcionamento desses cursos.

Ademais, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica é responsável por publicar o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. A publicação contém, além das denominações consolidadas dos cursos de tecnologia, descrições sintéticas do perfil do egresso, carga horária mínima da área profissional e infraestrutura recomendada. A publicação é atualizada periodicamente e recebe informações das IES que podem sugerir novas denominações e inclusões de cursos experimentais com base no disposto no art. 81 da LDB, art. 14 da Resolução CNE /CP n. 3/2002 e art. 44 do decreto n. 5.773/06.

Os cursos superiores de tecnologia são avaliados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e passam por três tipos de avaliação: (1) para autorização do curso; (2) para reconhecimento e (3) para renovação de reconhecimento. Os processos avaliativos do Sinaes são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes). (BRASIL, 2004).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é responsável pelas operações dos processos avaliativos e por gerar indicadores e relatórios da área.

De acordo com o parecer 29/2002 do CNE/CP o objetivo dos cursos superiores de tecnologia é

capacitar o estudante para o desenvolvimento de competências profissionais que se traduzam na aplicação, no desenvolvimento (pesquisa aplicada e inovação tecnológica) e na difusão de tecnologias, na gestão de processos de produção de bens e serviços e na criação de condições para articular, mobilizar e colocar em ação conhecimentos, habilidades, valores e atitudes para responder, de forma original e criativa, com eficiência e eficácia, aos desafios e requerimentos do mundo do trabalho (BRASIL, 2002)

De forma objetiva a Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002, estabelece no artigo 2º que a educação profissional deverá:

I - incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos; II - incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho; III - desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços; IV - propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias; V - promover a capacidade de

continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação; VI - adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos; VII - garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular (BRASIL, 2002).

No que tange especificamente à extensão, o Parecer CNE/CES nº 776/97, que orienta as diretrizes curriculares dos cursos de graduação e estabelece os princípios para assegurar a flexibilidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes, propõe “Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão” (BRASIL, 1997).

revisão bibliográfica sobre os cursos superiores de tecnologia, ainda que breve, indica uma estreita relação do surgimento destes cursos com as demandas do mundo do trabalho advindas de inovações e transformações sociais. Desta forma, existe uma preocupação do Ministério da Educação, expressa no Catálogo Nacional de CST, em atualizar, sempre que necessárias à abertura e a denominação de novos cursos.

A presença da extensão universitária nos cursos de graduação, e em especial de educação tecnológica, colabora para o atendimento do princípio sugerido pelo CNE (Parecer CNE/CES nº 776/97) e de forma associada ao ensino contribui para o atendimento dos princípios descritos na Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002 citados anteriormente.

4 A faculdade de gestão e serviços

A Faculdade de Gestão e Serviços é uma das faculdades que compõe a Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), ao lado da Faculdade de Saúde, Faculdade de Comunicação (FAC), Faculdade de Humanidade e Direito (FAHUD), Faculdade de Tecnologia (Facet) e Faculdade de Teologia (Fateo). Esta Universidade existe desde 1938, a partir da implantação da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista em São Bernardo do Campo. Ela conquistou o *status* de universidade em 1997 ampliando o número de faculdades e cursos oferecidos. Segundo o sítio do MEC, a IES possuía Conceito Institucional (CI) valor 4, em 2010, e o seu Índice Geral de Cursos¹, também neste ano, foi de valor 3.

¹ De acordo com o Inep “O Índice Geral de Cursos da Instituição (IGC) é um indicador de qualidade de instituições de educação superior, que considera, em sua composição, a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado e

A IES pesquisada possui natureza jurídica privada sem fins lucrativos e comunitária, e está localizada no município de São Bernardo de Campo e possui três *Campi* (Rudge Ramos, Vergueiro e Planalto), fazendo parte da Rede Metodista. De acordo com o sítio da UMESP esta rede foi:

criada oficialmente em 2006, a Rede Metodista de Educação é um sistema integrado entre instituições de Ensino Metodistas de todo o País. Com duas universidades, três centros universitários, faculdades integradas, unidades de educação básica e outras escolas especiais, o objetivo da Rede é reforçar a excelência da marca Metodista no segmento da educação. Atualmente, são mais de 50 instituições educacionais em dez estados brasileiros, chegando a mais de 60 mil alunos na educação básica, ensino técnico e educação superior, no ensino presencial e a distância. Mundialmente, a educação metodista está presente atualmente em mais de 60 países nos cinco continentes, com mais de 700 instituições (UMESP, 2013).

De acordo com informações do sítio, a Umesp possui 38 cursos de graduação na modalidade presencial e 17 cursos na modalidade a distância, com 36 polos de apoio presencial em 14 estados brasileiros e o Distrito Federal. Na Pós-Graduação *Lato Sensu* possui 25 cursos nas áreas de Biológicas e Saúde, Comunicação, Exatas e Tecnologia, Humanidades e Gestão e Negócios. Na modalidade EAD possui quatro cursos nas áreas de Comunicação, Humanidades e Gestão e Negócios. Possui cinco programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – mestrado e doutorado, a saber: Administração, Ciências da Religião, Comunicação Social, Educação e Psicologia da Saúde.

A Umesp possui 537 docentes e mais de 26.500 alunos de graduação, sendo 13.612 na modalidade presencial e 12.934 na modalidade a distância, e mais de 1.000 alunos nos cursos de Pós-Graduação. No corpo administrativo conta com 1.713 funcionários e 94 jovens aprendizes.

A Umesp possui as seguintes estruturas para atendimento à comunidade (prestação de serviços): Policlínica Metodista, Hospital Veterinário, Assistência Judiciária e Diária do Grande ABC, nos bairros.

Na Umesp, o órgão interno que responde pela extensão universitária, é a Coordenadoria de Extensão e Inclusão, vinculado à Reitoria, e coordenado por uma docente doutora que viabiliza a interlocução entre as unidades (faculdades) e a Reitoria. A extensão

doutorado). No que se refere à graduação, é utilizado o CPC (conceito preliminar de curso) e, no que se refere à pós-graduação, é utilizada a Nota Capes. O resultado final está em valores contínuos (que vão de 0 a 500) e em faixas (de 1 a 5)". Disponível em < <http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos>>. Acesso em 01 set 2013.

ocorre de forma descentralizada em um processo de responsabilidade compartilhada pelas ações.

A comunidade interna, docentes, discentes e técnicos da Umesp é mobilizada para a extensão de acordo com as propostas de projetos e ações que surgem nas faculdades. Dentre as ações permanentes de extensão estão o Núcleo de Artes e Cultura, que é um espaço coordenado pela Coordenadoria de Extensão e Inclusão.

Nele são desenvolvidas predominantemente atividades extensionistas, principalmente de eventos e cursos abertos à comunidade, no sentido de trabalhar a arte e a cultura. Isso acontece com grupos específicos, como o da terceira idade, pessoas com deficiência ou na comunidade de forma geral. Existe também uma orquestra que leva arte, música a vários espaços internos e externos e o Núcleo de Formação Cidadã que atende à comunidade, além de apoiar a formação ética do corpo discente.

O Núcleo de Formação Cidadã está presente nos cursos de graduação por meio das disciplinas eletivas. Dentro da estrutura curricular dos cursos, os alunos podem escolher quais temas os interessam e se matricular livremente. Alguns dos temas são: A palavra é sua, a história é nossa; Capoeira: corpo, expressão e liberdade; Cinema, sociedade e cidadania; Contracultura, música e cidadania; Direito legal e o legal do direito; Drogas de abuso: do social ao pessoal. As disciplinas eletivas oferecem oportunidade de discutir temas atuais e proporcionam aos discentes oportunidades de criar – seja criação artística, científica, elaboração e realização de projetos sociais, etc.

A extensão praticada na IES ocorre por meio de projetos de extensão oferecidos pelas faculdades em diferentes áreas, como os projetos integradores como o Rondon, o Biovia, Incubadora Pública de São Bernardo do Campo, Ler e Conhecer entre outros; atividades extensionistas na área da cidadania, tais como Espaço Cidadania, Universidade Aberta, Terceira Idade, Orquestra etc. Prestação de serviços à comunidade por meio da Policlínica e da Academia de Esportes. Os cursos de extensão são oferecidos pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, que estão alocados no Núcleo de Educação Continuada e Corporativa (NECC). Portanto, a gestão destes cursos não é atribuição da Coordenadoria de Extensão e Inclusão. A instituição entende que estes cursos devem estar sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Pesquisa, pois estão alinhados com as demandas de mercado e atualização profissional, assunto que é tratado por este departamento, tendo em vista especialmente, os estudos de demandas do mercado profissional.

Apesar de estar bem definida nos documentos institucionais como Projeto Pedagógico Institucional e Projetos Pedagógicos dos Cursos, a questão da indissociabilidade, na prática, é ainda um desafio. No entanto, já existem iniciativas positivas, como a integração curricular em alguns cursos como o da Faculdade de Tecnologia (Facet), onde os alunos desenvolvem os seus projetos mediante demanda de empresas externas, proporcionando a visão da realidade frente ao conhecimento acadêmico.

A Faculdade de Gestão e Serviços (Fages) objeto de estudo desta pesquisa, administra os cursos superiores de tecnologia em Gastronomia (modalidade presencial), Gestão Financeira (modalidade à distância), Gestão de Recursos Humanos (modalidade presencial e à distância), Gestão Pública (modalidade à distância), Logística (presencial e à distância), Marketing (presencial e à distância), Processos Gerenciais (presencial e à distância) e Gestão da Qualidade (presencial).

Nesta faculdade, a extensão é praticada por meio de projetos integradores e interdisciplinares, que se caracterizam por serem projetos dos quais participam docentes, discentes, coordenações dos diversos cursos de forma variada. O fluxo de aprovação dos projetos inicia-se quando o docente encaminha o projeto ao Núcleo Docente Estruturante do curso ao qual está vinculado. Se aprovado, o projeto é encaminhado ao Conselho da Faculdade, que ao aprova-lo o encaminha ao Conselho da Universidade, que dá parecer final e autoriza a ser executado pela faculdade proponente. Após esta aprovação, o projeto é divulgado pela direção, por meio das reuniões de Núcleo Docente Estruturante (NDE), aos coordenadores, que mobilizam docentes e discentes para a participação nos projetos apresentados. A faculdade possui uma verba anual para alocar na extensão e, com estes recursos, as ações de extensão são desenvolvidas.

A participação dos docentes é remunerada de acordo com número de horas-aulas que constam em seu plano de trabalho. Já a participação dos alunos é voluntária e os projetos são viabilizados de acordo com a verba financeira proposta no projeto aprovado. A gestão financeira é feita pela direção da faculdade, de forma centralizada, e a gestão operacional do projeto é de responsabilidade do seu coordenador, geralmente o proponente inicial. O professor coordenador do projeto é o responsável por desenvolver as ações previstas junto com os outros docentes, discentes e comunidade. O acompanhamento é realizado por meio de relatórios apresentados periodicamente aos coordenadores de curso e à direção, nas reuniões do NDE. Os resultados do projeto são apresentados por meio de publicações em livros, revistas, congressos e seminários sobre o tema, promovidos na faculdade periodicamente.

A faculdade possui o projeto de extensão Rede Territorial de Gestão e Serviços para uma Comunidade Solidária que é a principal referência para docentes, discentes e de relação com a comunidade. Este projeto teve início no segundo semestre de 2009 e permanece de forma continuada na faculdade. O projeto tem como foco a atuação na comunidade do Montanhão, na mesma cidade, e na cidade vizinha de Diadema, em uma Incubadora Pública que trabalha com diversas cooperativas de trabalho.

As ações de extensão desde a criação do projeto contemplam o atendimento aos empreendimentos da rede local de economia solidária, aproximadamente 15 atendimentos. As principais atividades foram: construção de planos de negócios, consultorias, cursos sobre gestão, reuniões para discutir a sustentabilidade e o fortalecimento da rede de economia solidária, possibilidades de atuação conjunta, discussão dos problemas enfrentados pela rede e possíveis encaminhamento. Enfim, a Fages procura atender a demanda dos empreendedores na medida em que consegue alocar docentes e discentes nas ações.

5 A opinião dos gestores quanto à extensão universitária

Considerando a importância estratégica que os coordenadores de curso e a direção possuem na proposição e execução das ações de extensão na Fages, e considerando as especificidades dos cursos tecnológicos em uma IES comunitária, entendeu-se ser relevante conhecer a opinião desses atores quanto às ações de extensão desenvolvidas, bem como alguns aspectos de sua gestão. Nesse intuito, foram elaboradas primeiramente as perguntas relacionadas à gestão da extensão e realizadas em seguida, por meio de entrevistas semiestruturadas com os coordenadores dos cursos de Marketing, Logística, Gestão da Qualidade e Gastronomia e com a direção da faculdade. Estas perguntas visaram compreender, de forma sistêmica, as características da extensão nesses cursos e Faculdade. Posteriormente, as respostas foram analisadas e categorizadas de forma a atender a pergunta deste estudo que é saber se as ações de gestão da extensão se aproximam das diretrizes propostas pelo Forproex.

As informações coletadas nas entrevistas foram categorizadas conforme as diretrizes da extensão universitária, que constam na Política Nacional da Extensão descrita na segunda seção, com o objetivo de melhor organizar a análise.

Sobre o conceito de extensão, para o diretor da faculdade,

extensão são atividades desenvolvidas no âmbito da instituição de forma que contemple a comunidade externa, que pode ser desenvolvida em diversas áreas, tanto na áreas de saúde de gestão, envolvendo e ajudando a comunidade externa (Entrevista, diretor da faculdade).

Para o mesmo entrevistado, foi perguntado o porquê de a faculdade fazer extensão. A resposta se relaciona com o compromisso social:

Porque, nós somos uma universidade comunitária, confessional, faz parte do nosso DNA, trabalhar com a extensão universitária e acima de tudo eu acho que é um ideal de cada um de nós aqui professores da faculdade, então independentemente do objeto da universidade é uma coisa que todos nós temos como objetivo de vida, tentar ajudar o máximo possível o nosso semelhante e a comunidade que está ao nosso entorno e nós temos condições de fazer isso (Entrevista, diretor da faculdade).

Quanto às diretrizes da extensão universitária analisadas, observam-se as opiniões a seguir.

(a) Interação dialógica

A interação dialógica, descrita na Política como o diálogo entre universidade e os setores da sociedade em uma relação de mão dupla, é percebida nos primeiros momentos de diagnóstico para a proposição de projetos. A comunidade é a primeira a ser ouvida pelos docentes proponentes dos projetos para posteriormente se pensar internamente de que forma os saberes acadêmicos podem contribuir com a realidade apresentada. Após esta fase de diagnóstico, são apresentadas ações que compõem o referido projeto. Esta consulta à comunidade ocorre cada vez que o projeto é reiniciado. As ações levam em consideração as necessidades que podem ser atendidas e, de outro lado, o impacto destas ações na formação do discente.

A interação dialógica pode ser observada como um objetivo da extensão, ao se considerar que ela é realizada “para compartilhar os conhecimentos técnicos do curso”, conforme afirma o coordenador do curso de marketing. Já para o coordenador dos cursos de Logística e de Gestão da Qualidade, o curso faz extensão, pois é uma

oportunidade de docentes e discentes de participar na prática daquilo que é dado na teoria em sala de aula, isso vale ouro e os valores que cada um dá desta oportunidade de participar de um projeto de extensão enquanto prestação de serviço à comunidade ou a criação de projetos de pesquisas para apresentação de índices para a própria comunidade. (Entrevista, Coordenador do curso de Logística e Gestão da Qualidade).

Existe uma preocupação de diálogo constante durante o projeto para monitoramento das ações e eventuais manobras de correções, de acordo com os entrevistados.

(b) Interdisciplinariedade e interprofissionalidade

O suposto dessa diretriz é que a combinação de especialização e visão holista pode ser materializada pela interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas e áreas do conhecimento, assim como pela construção de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais. Dessa maneira, espera-se imprimir às ações de Extensão Universitária a consistência teórica e operacional de que sua efetividade depende (FORPROEX, 2012, p. 17).

Os dados coletados indicam que o projeto desenvolvido pela Fages aproxima-se da proposta de interdisciplinaridade e interprofissionalidade visto que docentes e discentes dos diversos cursos são convidados a participar do projeto com o seu olhar de especialistas em diversas áreas do conhecimento para uma mesma ação social. As ações são programadas de forma que os diversos cursos participem de forma integrada e que possibilitem aos alunos conhecerem a realidade dos empreendedores da rede local de economia solidária e das comunidades selecionadas. Além disso, diante das dificuldades de gestão, os alunos são desafiados a contribuir com soluções de acordo com o conteúdo que desenvolvem na sala de aula por meio do ensino e por meio de pesquisas aplicadas.

Sobre as possibilidades de participação na extensão, o diretor da faculdade afirma:

Nós temos hoje um projeto integrado entre todos os cursos da faculdade que envolve a área de gestão e serviços e nós atendemos a uma comunidade chamada Montanhão em São Bernardo do Campo e também a um grupo de empreendedores em Diadema. (Entrevista, Diretor da faculdade).

O coordenador de Logística e Gestão da Qualidade completa:

Projetos de extensão são apresentados pelos professores da faculdade e integram um projeto da faculdade e não de um curso apenas. Daí é feito um estudo para se verificar a possibilidade participação de docentes e discentes de cada curso de acordo com a sua área de conhecimento. (Entrevista, Coordenador de Logística e de Gestão da Qualidade).

Além de a universidade fazer esta integração entre os cursos da Faculdade de Gestão e Serviços, existe outro desafio que é a participação dos alunos das diversas

faculdades nas ações institucionais de extensão da universidade. Um projeto que contribui neste sentido é o Projeto Rondon, no qual alunos e docentes de toda a universidade são convidados a participar.

(c) Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão

A diretriz Indissociabilidade Ensino – Pesquisa - Extensão reafirma a Extensão Universitária como processo acadêmico. Nessa perspectiva, o suposto é que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa) (FORPROEX, 2012, p. 17).

A indissociabilidade funciona como a articuladora entre o ensino e a extensão, proporcionando um ensino aplicado que extrapola os limites da sala de aula. Por outro lado, proporciona à pesquisa a necessária análise crítica da realidade contribuindo para a transformação social.

Uma atividade presente em todos os cursos são os Projetos de Ação Profissional. Estes projetos, chamados de PAPs, são realizados pelos alunos de todos os cursos em todo semestre e têm como objetivo principal o desenvolvimento de um trabalho acadêmico mediante pesquisa e observação da realidade.

É como um trabalho de conclusão de curso, só que feito a cada semestre e vinculado ao recebimento de uma certificação intermediária, conforme explica o diretor da faculdade. Estes trabalhos são indicados pelos entrevistados como uma forma de prática da indissociabilidade.

O diretor da faculdade acredita que a questão da indissociabilidade ocorre por meio dos projetos de ação profissional desenvolvido por alunos de todos os cursos a cada semestre e explica:

Através dos nossos projetos de trabalhos integrados que acontecem todo semestre, de alguma forma também além do nosso projeto de extensão tem o que a gente chama de PAP (Projeto de Ação Profissional) que muitos dos professores orientadores acabam direcionando para a comunidade externa (Entrevista, Diretor da faculdade).

Um caso especial, relatado na entrevista, refere-se ao curso de Gastronomia. Apesar de o coordenador afirmar que a extensão é importante para a formação de um profissional mais completo, o interesse dos alunos parece estar voltado exclusivamente para o

ensino das técnicas da profissão. A pesquisa e a extensão aparecem como interesse de pouquíssimos alunos e o próprio mercado de trabalho parece não valorizar estas atividades na prática profissional. Com isso a participação dos alunos deste curso em ações de extensão é baixa.

Eu penso que é importante para a formação, ir além da técnica. Ter uma visão do que acontece fora de uma cozinha. Conhecer os hábitos de alimentação do brasileiro para montar um cardápio, por exemplo, é muito importante. Eu penso que é interessante ter, até mesmo diante de algumas demandas como má alimentação, doenças degenerativas, obesidade infantil, podem ser possibilidades, porém o curso de gastronomia é muito curto e extremamente denso. Além disso, o aluno quer se formar chef e talvez por isso essas atividades que fogem um pouco deste objetivo como pesquisa, extensão, não são atrativas para o nosso aluno. Escrever é muito distante do objetivo principal da maioria, porém um ou outro até se interessaria, por já trabalhar como voluntário em algum tipo de organização assistencial. No curso de gastronomia existe um peso muito importante para o ensino, a pesquisa e a extensão tem um peso bem menor. Justamente pelo perfil do aluno que é bem particular. Geralmente os alunos que tem esta preocupação social são alunos que já possuem outra formação e não tem muita preocupação de ir para o mercado como *chef* (Entrevista, Coordenador do curso de Gastronomia).

Para o coordenador do curso de marketing, a extensão possibilita “Proximidade com a prática profissional”. Outras contribuições são apontadas pelo diretor da faculdade:

Até mesmo pela indissociabilidade da pesquisa, ensino e extensão o resultado do que foi obtido do trabalho desenvolvido na comunidade pode alimentar uma pesquisa científica gerando artigos científicos, debates internos da instituição, workshops enfim, até mesmo um retorno para a sociedade em termos do que foi feito, dos resultados obtidos, o que mudou, o que melhorou, o que não melhorou, realinhamento de determinadas disciplinas. Pode nos ajudar a e aumentar determinado conteúdo dentro da matriz curricular do aluno de forma que ele tenha uma capacitação maior dentro de determinados temas que a gente entende que é importante não só para a instituição, mas também para a comunidade externa, para as empresas, e assim por diante (Entrevista, Diretor da faculdade).

(d) Impacto na Formação do Estudante

Por impacto na formação do estudante entende-se como sendo tudo aquilo que foi ampliado ao longo da trajetória acadêmica do aluno em termos teóricos, metodológicos e de formação ética e solidária.

Os alunos são chamados a atuar no projeto de acordo com a sua área de formação, o que lhes confere a oportunidade de aprofundar as pesquisas em suas áreas para contribuir com a realidade apresentada. O coordenador do curso de marketing compartilha que:

Como estratégia, procuramos mostrar o benefício que este tipo de atividade tem, de vivenciar a teoria na prática por meio da extensão e reforçar que este é um papel institucional que a gente tem dentro da universidade, de devolver à sociedade aquilo que você tem dentro da sociedade (Entrevista, Coordenador do curso de marketing).

Ainda em sua opinião, o referido coordenador indica algumas contribuições da extensão à trajetória do aluno:

para os alunos, eles aprendem na prática o que viram na teoria e no curso tecnólogo esta associação entre prática e teoria é o elemento fundamental para manter o aluno interessado, para ele indicar novos alunos para o curso, e ratificar o nome da instituição e a seriedade desse curso na localidade em que está sendo realizado o projeto (Entrevista, Coordenador do curso de marketing).

O coordenador do curso de Logística, que coordena também o curso de Gestão da Qualidade, complementa:

Os resultados traduzem o aprendizado em conhecimento, pois são publicados e tornam-se fonte de informações que ficam disponíveis para atualização de informações, apresentações em sala de aula. Atualização acadêmica e dos alunos (Entrevista, Coordenador do curso de Logística e Gestão da Qualidade).

Para o coordenador do curso de Gastronomia, uma contribuição da extensão é a de “possibilitar um currículo mais amplo, formar um perfil específico de aluno em gastronomia”.

Sobre o perfil dos alunos que fazem extensão os entrevistados, apontaram algumas características que são percebidas de forma geral e declaram:

É uma pessoa aberta a diferentes experiências, deve ter uma visão ampla do escopo das atividades de marketing. Disciplinada e aberta a novas experiências. Apto a questões de adaptação (Entrevista, Coordenador do curso de Marketing).

São alunos preocupados também com a sociedade de uma forma geral, eu percebo que são alunos que querem ajudar, que estão preocupados com a situação econômica do país e entendem que de alguma forma eles podem ajudar realizando algum tipo de atividade para estas comunidades carentes as quais a gente atende (Entrevista, Diretor da faculdade).

Na minha percepção é a identificação do aluno com projetos, pesquisas. Pois tem alunos que não gostam, querem ser tecnicistas e aplicar na empresa. Diria que boa parte dos nossos alunos. Outra pequena parte até gostaria, mas não tem tempo e sobra outra parte que participa dos projetos (Entrevista, Coordenador do curso de Logística e Gestão da Qualidade).

O diretor da faculdade aponta uma questão importante que deve ser analisada como um dos pontos que dificultam a participação dos alunos da faculdade em ações de extensão

Muitos alunos trabalham, então não tem tempo para se envolver nas atividades de extensão. Muitas ações tem que ser desenvolvidas em horário comercial e este aluno está trabalhando. Alguns tentam ajudar a distância. O perfil do nosso aluno não é daquele que estuda de manhã, os pais de alguma forma ajudam, ele tem tempo durante o dia. O perfil do nosso aluno é aquele que trabalha durante o dia e estuda a noite sobrando pouco tempo para este tipo de atividade (Entrevista, Diretor da faculdade).

Sem dúvida, este é um desafio que os docentes enfrentam na formação das equipes que participam dos projetos. Segundo os entrevistados, muitos alunos relatam aos coordenadores que até gostariam de participar, mas como trabalham durante o dia não tem condições de participar. Os projetos contam com a participação dos alunos que não estão trabalhando, ou aqueles que possuem algum tipo de flexibilidade de horário e conseguem participar de ações na comunidade, ou acontece antes do horário de aula, pouco mais cedo, em ações que ocorrem na própria universidade.

(e) Impacto e transformação social

Conforme as diretrizes nacionais de extensão universitária, as ações direcionadas para a necessidade da comunidade, a atuação não assistencialista, o interesse em construir de forma compartilhada uma nova realidade, são ações que garantem a validação da atuação da universidade pela comunidade. A relação é de troca, e não de entrega de um conhecimento, o que gera um desenvolvimento sustentável dos envolvidos.

Segundo os entrevistados, a universidade passa a ser reconhecida como uma parceira atuante das transformações locais. Os projetos ocorrem sempre por meio de agentes interlocutores com a comunidade local, de forma que as ações desenvolvidas sejam pensadas, desde a sua concepção, a permanecer na localidade e a serem multiplicadas a partir das primeiras ações.

Para eles, um exemplo é a rede de economia solidária local composta por empreendedores da região. Foram desenvolvidos planos de negócios com estes empreendimentos de forma que os empreendedores e os parceiros se comprometiam a manipular a ferramenta e a apoiar e ensinar novos empreendedores que chegassem à rede. Segundo Silva e Costa (2012), que relatam algumas impressões sobre esta atuação, as relações interpessoais precisam de um tempo maior para propiciar uma maior interação. Foi percebida certa dificuldade na transmissão do conhecimento adquirido. Outras ações foram às reuniões com empreendedores, docentes e alunos especialmente para se pensar as possibilidades de atuação em rede dos empreendimentos, construção de planos de negócios, *websites*, entre outros, conforme publicações sobre o projeto (SILVA *et al.*, 2011; COSTA *et al.*, 2011; SILVA; RENDERS, 2012; SILVA, 2011).

Sobre as contribuições das especificidades dos cursos, um exemplo é o que cita o coordenador de marketing. Os alunos do curso puderam contribuir dando dicas da área aos empreendedores, os conhecimentos do curso:

ajudam na definição de produtos e serviços, comunicação e layout dos empreendimentos, ajuda a formar preço, a gente consegue trabalhar os quatro alicerces do marketing nas ações de qualquer tipo de empreendimento (Entrevista, Coordenador do curso de Marketing).

Algo importante que o diretor assinala como objetivo de gestão é:

como gestor o que eu procuro obter da minha equipe é realmente resultado palpável de que alguma coisa mudou dentro daquela comunidade. De que aqueles pequenos empreendedores puderam evoluir enquanto gestores dos seus estabelecimentos comerciais. Resultado palpável de que a vida daquele cidadão melhorou (Entrevista, Diretor da faculdade).

Uma condição imprescindível para o desenvolvimento e a institucionalização da extensão é, sem dúvida, a importância que é dada à extensão pelos dirigentes das faculdades ou universidades. Com este apoio é possível manter e avançar institucionalmente para melhorias na operacionalização, financiamento e avaliação da extensão universitária. Como não existem mecanismos de avaliação de extensão, não foi possível mensurar no presente estudo se estes objetivos se concretizam efetivamente.

Especificamente sobre a gestão, foram levantadas outras questões que dizem respeito à forma de captação de recursos, ao perfil do docente que faz extensão, e as dificuldades encontradas. Sobre estas, os entrevistados apontam a dificuldade de captação

externa, uma vez que muitos docentes não têm tempo e nem remuneração, para percorrer todas as etapas necessárias:

Existe sim a possibilidade de captação externa por meio de participação em editais de diversas agências de fomento, mas também envolve interesse de um professor em buscar este edital, ler, verificar se nós estamos enquadrados ou não escrever o projeto então não é tão fácil quanto parece. Precisa mesmo de um envolvimento dos docentes, se o docente não se envolver dificilmente nós conseguiremos captar algum tipo de recurso externo (Entrevista, Diretor da faculdade).

Eu gostaria de ter uma verba maior para poder até mesmo abranger outras comunidades, a gente fica muito restrito a algumas ações em função da verba que nós temos. Eu gostaria muito que os professores tivessem mais tempo e mais interesse em querer participar de projetos como este. Porque eu sei que tem uma série de editais que viabilizam projetos de extensão em termos de verbas, só exige envolvimento e um trâmite demorado e muitas vezes os professores não recebem para isso e automaticamente ele não tem interesse (Entrevista, Diretor da faculdade).

Sobre o perfil dos docentes que trabalham com a extensão, foram coletados alguns relatos das características e de dificuldades sinalizadas pelos gestores:

São professores empreendedores, professores que têm enraizado no perfil esta questão do empreendedorismo, de ajudar a comunidade externa. Até mesmo pelos que já participaram do nosso projeto a gente percebe que são professores que já tiveram uma vivência externa em gestão empresarial, de alguma forma já desenvolveram outros tipos de trabalhos ligados à comunidade externa antes de chegar à Metodista então já tem certa experiência (Entrevista, Diretor da faculdade).

Para o coordenador do curso de marketing “este professor é aberto às novas experiências e aplicação de conteúdo diferenciado”. Para o coordenador do curso de Logística e Gestão da Qualidade:

Pela minha experiência os professores que fazem a proposta são professores que se dedicam cem por cento ao ensino, a não ser que eles compartilhem com os outros professores. Aí este professor que trabalha fora da instituição pode contribuir com análises mais teóricas do que participação em campo. Isso pode ocorrer (Entrevista, Coordenador do curso de Logística e Gestão da Qualidade).

Eu acho que eles têm um perfil diferente de ir atrás, vasculhar, buscar informações, um perfil de pesquisador mesmo sabendo que extensão não é pesquisa. Não é só aquele professor de sala de aula, talvez uma questão mais empreendedora (Entrevista, Coordenador do curso de Gastronomia).

O fator de impedimento apontado por todos os entrevistados quanto á dificuldade de participação de docentes é o tempo. Geralmente os professores são profissionais de mercado e se dedicam parcialmente à instituição também no período noturno.

6 Considerações finais

O estudo sobre a extensão universitária carece de inúmeros aprofundamentos teóricos e metodológicos para se construir um repertório acadêmico que dê conta de garantir uma extensão universitária crítica e de qualidade. Temas como avaliação da extensão, estruturas materiais, físicas e de pessoas, financiamento, metodologias de atuação, gestão, sistemas de informação entre outros, estão sendo estudados e devem ir além de relatos de experiências em prol da construção de uma massa crítica sobre a extensão universitária. Espaços importantes de discussão são os fóruns nacionais de extensão das universidades públicas, comunitárias e particulares, os congressos brasileiros e internacionais que já fornecem uma boa base de publicação e cursos de especialização *lato sensu* que começam a surgir.

Diante deste movimento da extensão universitária e como contribuição para a área, optou-se pelo tema de gestão, especialmente pela formação acadêmica da autora e publicações na área. O presente estudo teve como objetivo realizar um estudo exploratório e, portanto, qualitativo, a partir de uma visão sistêmica da extensão universitária. Como objetivo geral, a pesquisa analisou a gestão da extensão universitária na perspectiva dos coordenadores de cursos de tecnologia, no contexto de uma Instituição de Ensino Superior privada sem fins lucrativos (comunitárias), de modo a verificar se ela está em conformidade com as diretrizes nacionais e o quão próxima estaria.

No momento de organização das informações coletadas por meio das entrevistas semiestruturadas optou-se por apresentá-las conforme a estrutura das diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária, como uma forma de aproximação dos dados obtidos com o aporte teórico que está sendo discutido nacionalmente.

Dessa forma, foi possível verificar que as falas dos entrevistados refletem uma aproximação entre as ações e a gestão da extensão desenvolvida na IES e com as diretrizes propostas no Plano Nacional. No entanto, esta aproximação não reflete que todas as diretrizes são atendidas perfeitamente. Ao analisar cada uma das diretrizes, podem-se apontar algumas proximidades e distanciamentos.

No caso da primeira diretriz, a interação dialógica, observa-se que existe uma intenção em atender às demandas da sociedade dentro das áreas de conhecimento, sem uma visão meramente assistencialista e sim de transformação da realidade. Isto pode ser observado tanto na fala dos entrevistados quanto nas publicações pesquisadas. Um ponto de fragilidade pode ser atribuído à falta de institucionalidade desta característica, pois dependendo do professor coordenador do projeto, esta percepção pode deixar de ser praticada. Uma alternativa seria uma ampliação da publicação interna das diretrizes, tanto de forma informativa quanto formativa por meio de capacitações. O mesmo vale para todas as diretrizes.

Quanto à Interdisciplinaridade e interprofissionalidade, os projetos desenvolvidos se aproximam, pois existe uma abertura para todos os cursos participarem das ações. Algo que pode ser aprofundado é a organização prévia dos conteúdos que estão sendo ministrados no semestre com a aplicabilidade no projeto de extensão, de forma que os alunos e professores percebam além da interprofissionalidade, também a interdisciplinaridade de conteúdo e sua relação com o ensino.

Na diretriz Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão em que são apontados os trabalhos de PAP como uma forma de prática da indissociabilidade, apesar da fala dos entrevistados indicar que está presente, não foi possível aprofundar se existe uma percepção de ação transformadora que a extensão exige, ou se os entrevistados consideram como extensão a mera interação dos alunos com os setores da sociedade como troca de conhecimentos. Observa-se que a pesquisa no PAP está voltada tanto para embasar a pesquisa de campo, quanto para contribuir com sugestões à sociedade. No entanto, esta ação está muito dependente das características de conteúdo do curso, da proposta a ser desenvolvida no semestre e dos professores orientadores. Além das orientações sobre as diretrizes, uma ação que poderia ajudar nesse sentido é o alinhamento entre coordenadores e professores orientadores, para estudar e mensurar de que forma a indissociabilidade pode ocorrer de forma institucionalizada.

Nas diretrizes de Impacto na formação do estudante uma dificuldade apontada pelos entrevistados foi a restrição de tempo dos alunos para participarem das atividades de extensão. A maioria dos estudantes trabalha durante o dia todo e durante a semana, quando são programadas as ações. Uma possibilidade seriam ações aos sábados ou em horário próximos aos de aula, porém outros limitadores de disponibilidade e estrutura podem surgir. No entanto, estudo realizado por Renders e Silva (2013) com os alunos que participaram de

projetos de extensão na IES pesquisada, indicaram um alto aproveitamento e envolvimento dos alunos e relação direta com a aplicabilidade dos conteúdos aprendidos em sala de aula, o que indica uma proximidade alta com a proposta da referida diretriz.

Por fim, a diretriz Impacto e Transformação Social fica fragilizada pela falta de procedimentos institucionais para a extensão, de modo geral, que a torna muito dependente da proposta do projeto e do professor coordenador. Um ponto forte é o apoio da direção em cobrar se de fato está havendo alguma contribuição, porém é necessário institucionalizar procedimentos, indicadores e mecanismos de avaliação para mensurar se de fato estes objetivos são atingidos.

Devido ao fato de a IES ser universidade e comunitária contribui para que a extensão aconteça. No entanto, o desafio de institucionalização da extensão por meio de políticas, procedimentos e avaliação pode contribuir para a mensuração da qualidade da extensão praticada. O fato de ser universidade exige constitucionalmente que a extensão ocorra e o fato de ser comunitária ajuda por conta da tradição de atuação social inerente a estas IES.

É possível, em um segundo momento, pensar em mecanismos de avaliação que possibilitem a análise dos resultados dos projetos em andamento, item que não faz parte do objetivo deste estudo. Seria necessário, para tanto, que a trajetória da pesquisa estivesse voltada aos objetivos de mensuração de resultados, o que fica como sugestão para estudos futuros no tema de avaliação da extensão. Ou seja, a construção de indicadores para mensuração das diretrizes.

Referências

BOTOMÉ, S. P. *Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1996.

BRASIL. *Decreto nº 2.026, de 10 de Outubro de 1996*. Estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior. Disponível em: <<http://www.creapa.org.br/comissoes/educacao/decretos/decreto2026.html>>. Acesso em: Set/2013.

BRASIL. *Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004*. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. 2004. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: Set/2013.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm#art92>. Acesso em: Set/2013.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Conselho Nacional de Educação*. 2010. Parecer CNE/CES nº 776/97. 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0776.pdf>>. Acesso em: Set/2013.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Conselho Nacional de Educação*. 2010. Parecer CNE/CES nº 29/2002. 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/cp29.pdf>>. Acesso em: Set/2013.

BRASIL. Ministério da Educação. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância. 2012. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/condicoesdeensino/2010/instrumento_autorizacao_curso_tecnologico2.pdf>. Acesso em: Set/2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. *Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia*. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12352&option=com_content&view=article>. Acesso em: Set/ 2013.

CALDERÓN, A. I. *Universidades mercantis: a institucionalização do mercado universitário em questão*. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v.4, n.1, p. 61-72, Mar, 2000.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2011-2020*. 2010. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/plano-nacional-de-pos-graduacao/pnpg-2011-2020>> Acesso em: Set/2013.

CHIAVENATO, I. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

COSTA, S. N.; TACCO, F. M. S.; COSTA, N. A.; ALVES; SILVA, L. D.; CANDIDO, J. G. Construção de um website para a cooperselecta no bairro montanhão: a adoção de tecnologias de informação e comunicação (TIC s) em um empreendimento de economia solidária. *Revista Eletrônica Gestão e Serviços*, v. 2, p. 361-378, 2011.

CUNHA, L. A. *Qual universidade?* São Paulo: Cortez, v. 31, 1989.

DEMO, P. O lugar da extensão. In: (ORG.), D. S. D. F. *Construção conceitual da extensão universitária na América Latina*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FOREXP. *Fórum de Extensão das IES Particulares*. 2013. Disponível em: <<http://www.funadesp.org.br/formacao-academica/extensao/24-forexp>> Acesso em : Set/2013.

FOREXT. Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e IES Comunitárias. *A extensão nas Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias*. Comunitárias: Referenciais Teóricos e Metodológicos. Alcivam Paulo de Oliveira (Org.). Recife/PE: FASA, 2006.

FORPROEX, Fórum de Extensão dos Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras. *Plano Nacional de Extensão*. 1987. Disponível em: <<http://www.renex.org.br>> Acesso em: Set/2013.

FORPROEX, Fórum de Extensão dos Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Maio 2012. Disponível em: <<http://www.renex.org.br>> Acesso em: Set/2013.

MOITA, F. M. G. S. C; ANDRADE, F. C. B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v.14, n. 41, p. 269-280, Mai./Ago., 2009.

COSTA-RENDERS, E. C.; SILVA, L. D. A Extensão e o alargamento do espaço de ensino-aprendizagem na educação superior. In: SÍVERES, L. (Org.) *A Extensão Universitária como um princípio de aprendizagem*. Brasília: Liber Livro, 2013. p. 272.

ROCHA, R. M. G. *Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação*. São Paulo: Cortez, 1986.

SERRANO, R.M. S. M. As tensões na universidade e as pretensões da extensão universitária popular. In: BAPTISTA, M. G. A; PALHANO, T. R. (Orgs.) *Educação, Extensão Popular e Pesquisa: metodologia e prática*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

SILVA, L. D. Rede de Gestão e Serviços para uma Comunidade Solidária - Uma Experiência no Bairro do Montanhão em São Bernardo do Campo no Estado de São Paulo. In: CONGRESSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UNESP, 6., Águas de Lindóia/SP, 2011.

SILVA, L. D.; COSTA, S. N. Sociabilidade e Confiança Interpessoal. In: ROMÃO NETTO, José Veríssimo; BERNARDES, Marco Aurélio. (Org.). **Trabalho, economia solidária e desenvolvimento social**: o caso da rede de economia solidária na comunidade do Montanhão em SBC/SP. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2012.

SILVA, L. D.; RENDERS, E. C. C. Rede de Gestão e Serviços para uma Comunidade Solidária - uma experiência no bairro do Montanhão em São Bernardo do Campo no Estado de São Paulo. In: CONGRESSO PAULISTA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2.; CONGRESSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UNIFESP, 1. São Paulo, 2012.

SILVA, L. D.; ALVES; COSTA, N. A.; TACCO, F. M. S.; COSTA, S. N.; Bernardes, M. A. A utilização do Plano de Negócios para empreendimentos de Economia Solidária: Potencialidade e Limite. *Revista Eletrônica Gestão e Serviços*, v. 2, p. 313-336, 2011.

SILVA, L. D. *A administração da extensão universitária nas IES particulares: limites e potencialidades na visão dos gestores*. 2012. 141 f. Dissertação (mestrado em Administração) – Faculdade de Administração e Economia da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2012.

SOUSA, A. L. L. Concepção de Extensão Universitária: ainda precisamos falar sobre isso? In: FARIA. D. S. (Org.). *Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

TAVARES, M. G. M. Os múltiplos conceitos de extensão. In: FARIA. D. S. (Org.) *Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO - UMESP. *Balanco Social 2010*. Disponível em <<http://www.metodista.br/balanco-social-2010/pesquisa/extensao>> Acesso em: Set/2013.

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO - UMESP. *Projeto Pedagógico Institucional 2008-2012*. Editora da Universidade Metodista de São Paulo.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

University extension management of graduate courses in private institutions

Abstract

It is important to search systemically the university extension management in private graduate institutions in order to comprehend the structure and operation of extension programs in these institutions. Based on the guidelines proposed by the National Policy for University Extension in 2012, this study aims to analyze the relations between the guidelines proposed by this policy and the extension management through a case study. The case analyzed is from a private graduate institution that works with graduate and postgraduate courses in services and management areas. The methodology is qualitative, exploratory and descriptive. Data collection was conducted through semi-structured interviews and analysis of documents. The results indicate that in the opinion of people who were interviewed, most of the guidelines are current in the institution management, which points to a positive evaluation when compared to the guidelines proposed in the National Policy for University Extension.

Keywords: university extension; management; graduate courses